

CERTO SERTÃO: ESTÓRIAS

*Francis Utéza**

RESUMO

Em *Primeiras estórias*, “Os Irmãos Dagobé” e “Fatalidade” podem ser lidas superficialmente como paródias de banguê-banguê em que os atores não correspondem aos estereótipos do gênero. No entanto, as marcas da identidade cultural do sertão bravo, tipo faroeste americano, constituem, sobretudo, o cenário útil para nele enquadrar a dinâmica espiritual que Rosa frisava como característica da coletânea. Em ambas as estórias, o narrador oculta essa dinâmica: posicionando-se como porta-voz de uma gente “fatalista”, resignada a sofrer os desmandos dos valentões em “Os Irmãos Dagobé”; adotando, em “Fatalidade”, a tônica humorística de uma testemunha que se distancia em relação aos acontecimentos relatados, fazendo de conta que não entende em que consiste o “fatalismo” do delegado protagonista. O discurso desses dois narradores, ao mesmo tempo, solicita a perspicácia do leitor – através da onomástica, das falas dos personagens, dos enigmas lingüísticos colocados na narração – apontando para um conteúdo oculto a ser revelado.

Assim, partindo de causos que questionam a justiça e as leis humanas, “Os Irmãos Dagobé” e “Fatalidade”, funcionam como parábolas que convidam a refletir, em particular, sobre a problemática do livre arbítrio e da graça divina, na exploração da terceira margem do Ser Tão, ali onde o cristianismo encontra as fontes greco-orientais da *Philosophia Perennis*.

Palavras-chave: Paródia; Liberdade; Fatalismo; Graça; Filosofia perene.

Dentre os vinte e um textos de *Primeiras estórias* que Guimarães Rosa publica em 1962, quinze dizem respeito ao “sertão” como realidade sociocultural de pequenos vilarejos do interior do Brasil central. Dois desses textos, em particular, “Os irmãos Dagobé” e “Fatalidade”, dialogam na coletânea: superficialmente, como encenações de um faroeste do tipo daquele que o cinema americano dos anos cinqüenta e sessenta popularizou, em profundidade, no tratamento da questão da liberdade do homem em relação ao “destino” ou às forças de todo o tipo que operam no meio em que lhe coube viver.

* Université Paul-Valéry – Montpellier. Autor de *JGR: metafísica do Grande sertão* (1994) e Glossário da tradução francesa de *Tutaméia*, de João Guimaraães Rosa (Paris: Le Seuil, 1994, p. 271-183).

MOCINHOS E FACÍNORAS NO SERTÃO DE MINAS

A estória dos Dagobés desenvolve-se num arraial anônimo, dotado de cemitério e igreja, mas sem padre, nem “autoridade” – equivalente àquele “Arraial do Pai-do-Padre”, primeira morada de Zé Centralfe, protagonista de “Fatalidade”. No “lugar” dos Dagobés, imperava o machismo exacerbado – “viviam em estreita desunião, sem mulher em lar, sob a chefia despótica do recém-finado” (Rosa, 1985, p. 27) – na dinâmica do “mal” orquestrada por Damastor. No arraial de Centralfe, é o mesmo machismo desagregador que “inferniza” a harmonia primordial com a chegada do Herculinão “desaforando” uma mulher honesta. E em ambas as estórias, verifica-se a eliminação do elemento perturbador – em duas etapas, e sem intervenção de qualquer representante da lei na estória dos Dagobés, no final do relato e com a mediatização do delegado em “Fatalidade”. E tanto os Dagobés como o Herculinão acabam liquidados por um mocinho sem envergadura aparente: “um lagalhé¹ pacífico e honesto, chamado Liojorge” num caso, e um “homemzinho”, “caipira, ar e traje” no outro.

Assim as duas estórias podem ser lidas como paródias de banguê-banguê em que os atores não correspondem aos estereótipos do gênero. Na dos Dagobés, nem os maus reagem com violência à morte do chefe, nem o bom Liojorge, “criminal de legítima defesa”, funciona como substituto do xerife e eventual organizador das forças do bem que expulsariam a quadrilha nefasta após a devida briga épica. O duelo com pistola, de praxe entre os campeões, não tem vez: anterior aos acontecimentos em pauta, a morte de Damastor é evocada em três linhas pontuadas por uma irônica deturpação de uma frase feita: “Até aí, viveu o Telles”.²

E no decorrer do relato, chamando a atenção sem parar para uma iminente reação dos Dagobés, o narrador comporta-se como um espectador aferrado aos clichês dos faroestes, incapaz de imaginar que os protagonistas possam inventar novos critérios: assim, o medo que, na qualidade de porta-voz da opinião do lugar onde atua como testemunha, ele pretende incutir ao leitor/ouvinte, vira recurso cômico de contador de estórias para manter a expectativa e frustrá-la no final com a renúncia dos malvados. Aliás, conforme avança a narração, seu discurso é invadido por heptassílabos, como se recitasse um poema do romancista tradicional ibérico.³ Quanto a

¹ João Ribeiro (1908) explica: “o lhagalé ou legalhé é o individuo insignificante e sem importância social (...) A palavra é um derivado de leguleio (lat. leguleius), o rábula, o que conhece apenas de memória o texto das leis e não tem carta para advogar. Os leguleios, por numerosos e sem consideração ou importância, são lhagalés ou lhagalés e opõem-se aos doutores”.

² Cf. “Até aí morreu Neves”: ou seja, você não contou nada de novo... vamos adiante.

³ Veja-se:

“Os três Dagobés, armados./ Sem se ver, se adivinhava
só a presença fatal./ E agora já se sabia
Baixado o caixão na cova/ à queima-bucha o matavam

“Fatalidade”, até se poderia relacionar com uma fita de John Ford – **The man who shot Liberty Valance** –, projetada no Brasil sob o título de “**O homem que matou o facínora**” no próprio ano da publicação de **Primeiras estórias**.⁴

Nesta fita, o advogado Toddard (James Steward) em confronto com o bandido Liberty Valance (Lee Marvin), conta com a ajuda de Doniphon (John Wayne), um cowboy à antiga, convencido de que contra a arbitrariedade da pistola só se pode usar a força da pistola. Assim, no duelo entre o bom e o mau, quando Valance avisa que vai matar Toddard com uma bala entre os olhos, Doniphon, escondido na sombra, dispara junto com o advogado e elimina o malvado com uma bala no coração, deixando a fama da façanha para Toddard. Considerado desde então como um herói, o advogado não teve que prestar contas perante tribunal algum. Apenas ouviu, na convenção que o elegera representante no Congresso de Washington, o discurso de má fé de um adversário político, acusando-o de se ter substituído à justiça.

Em contraste com a seriedade com que o tema é tratado na fita, o distanciamento do narrador de “Fatalidade” impõe aos acontecimentos uma tonalidade humorística permanente. Assim, de início, o delegado protagonista é apresentado através de um currículo pouco comum: “Meu Amigo sendo de vasto saber e pensar, poeta, professor, ex-sargento de cavalaria e delegado de polícia” (Rosa, 1985, p. 55). Completa-se logo o quadro com o retrato em ação duma personalidade excepcional que reuniria qualidades intelectuais e marciais, em princípio mais condizentes com a figura de um mestre Zen de Budo do que com a imagem do xerife tradicional:

Na data e hora, estava-se em seu fundo de quintal, exercitando ao alvo, com carabinas e revólveres, revezadamente. Meu Amigo a bom seguro que, no mundo, ninguém, jamais, atirou quanto ele tão bem – no agudo da pontaria e rapidez em sacar arma; gastava nisso, por dia, caixas de balas. Estava justamente especulando: – “Só quem entendia de tudo eram os gregos. A vida tem poucas possibilidades”. Fatalista como uma louça, o Meu Amigo.⁵ (Rosa, 1985, p. 55)

A priori, a referência à louça para definir a “filosofia” deste herói remata o retrato com uma nota de zombaria. E como o narrador também carrega a mão nos

A chuvinha já abrandava/ E entravam no cemitério
Aqui todos vem dormir/ Era no portão, o leteiro.
Fez-se o airado ajuntamento/ preparando o fuge-fuge.
A forte circunspectância/ O nenhum despedimento”
etc... Lembraremos que é este o metro da canção de Siruiz de **Grande sertão: veredas**.

⁴ Pela coincidência de datas dificilmente o filme poderia ter inspirado a estória em pauta. Na ocasião do centenário do nascimento de John Ford, a **Folha de S. Paulo**, publicou em 7/5/1995 uma análise deste *western* feita por Davi Arrigucci júnior.

⁵ Tal *incipit* não deixa de lembrar a primeira página de **Grande sertão: veredas**, quando Riobaldo também no seu quintal, treinando a pontaria num exercício diário, está sendo chamado pelos seus conterrâneos. Trata-se outrossim de cena típica de *western*, igualmente presente em **O homem que matou o facínora** quando Doniphon faz a demonstração da sua habilidade para Toddard que nunca soube manejar arma alguma.

traços caricatos em relação ao outro protagonista – “caipira ar e traje”, “miúdo, moído”, “concreto como uma anta”, “coitado”, “as mãos calosas de enxadachim” e ainda por cima com o cognome ridículo de Zé Centralfe –, a perspectiva paródica é capaz de desviar logo o leitor das “veredas metafísicas” que no entanto Rosa indicava como primordiais quando, em carta de 14/10/63, escrevia a Jean-Jacques Villard:

Muito mais que uma coleção de estórias rústicas, o **Primeiras estórias** é, ou pretende ser, um manual de metafísica e uma série de poemas modernos. Quase cada palavra nele assume pluralidade de direções e sentidos, tem uma dinâmica espiritual, filosófica, disfarçada. Tem de ser tomado de um ângulo poético, anti-racionalista e anti-realista. (...) É um livro contra a lógica comum, e tudo nele parte disso. Só se apoia na lógica para transcendê-la, para destruí-la.⁶

Uma vez identificadas as trilhas humorísticas pelas quais os narradores das duas estórias em pauta poderiam nos mobilizar, iremos agora pesquisar pelas vias daquela *Philosophia perennis*⁷ que aprendemos a explorar com mais fôlego em companhia de Riobaldo, à procura de lições sobre a problemática da liberdade e do determinismo.

NOMEN OMEN NUMEN?

É hoje ponto assente que a onomástica oferece pistas valiosas na obra de Rosa para quem quiser aceder aos arcanos da “substantifique moelle”.⁸

No que diz respeito aos Dagobés, o leitor menos precavido atenta logo numa “coincidência”: a letra D, inicial do patrônimo, repercute a sua marca diabólica em cada prenome – “Demos, os Dagobés, gente que não prestava”. Assim, com o eco camoniano, surge em Damastor o “mostrengo” comprovado na raiz grega *damadzein*: “dominar pela força, submeter” (Brandão, 1993, p. 259); em Doricão, para além de um aumentativo de Odorico (“O senhor das riquezas” de acordo com os étimos germânicos), ouve-se o par “Dor” e “Cão”; em Dismundo, a discórdia global, ou, através da raiz germânica “mund”: “aquele que não oferece proteção”; Derval, de Derival, sugere o desgoverno, em relação ao germânico “wald”: “que governa”. E isso

⁶ A carta a Villard, tradutor francês de **Grande sertão: veredas** e de **Corpo de baile** encontra-se no arquivo Guimarães Rosa do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

⁷ Rosa conhecia com certeza a fórmula criada por Leibniz e que Aldous Huxley escolheu como título de uma antologia comentada de textos significativos deste conhecimento imemorial e universal, antologia que se encontra na biblioteca do escritor, no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

⁸ Para os patrônimos, bastará lembrar a carta de Rosa a seu tradutor italiano, com data de 19/11/1963, em que o escritor explica o significado dos nomes dos protagonistas de “O recado do morro” – e referir o trabalho de Ana Maria Machado (1976). No que tange aos topônimos, pensamos ter demonstrado a relação existente entre os nomes de lugares e os acontecimentos que neles se desenvolvem em **Grande sertão: veredas** (Utéza, 1994).

tudo em contradição com o substrato eventualmente positivo do patrônimo, também de origem germânica: Dag, “o dia”, berth: “brilhante”.⁹ A não ser que se trate da luz de Lúcifer? Ou da maldade de *Dangbé*, a serpente mítica do Vodum, princípio da mobilidade e da eternidade das forças criadoras.¹⁰ E neste caso, fariam sentido aquele “maxilar avançado e os olhinhos nos venenos” característicos dos mais velhos.

Estariam portanto os Dagobés fatalmente votados ao mal pela carga demoníaca dos seus nomes? No entanto, após a morte do “grande pior, o cabeça, o ferrabrás e mestre” o potencial de tanta maldade não se perpetua, ficando restringida a um passado que permanece fora da estória. E aliás, não faltam indícios de ambigüidade no comportamento de pelo menos dois dos facinoras. “Os meninos” que antes agiam “sob a chefia despótica do recém-finado (...) que os “botara na obrigação da ruim fama”, agora, no velório, “faziam as devidas honras, serenos, e até, sem folia, mas com a alguma alegria”. Se a aparência e a compostura de Dorício delatam o possível herdeiro da ruindade do mais velho, o mesmo não acontece com os outros dois irmãos: “Derval, o caçula, principalmente, se mexia, social, tão diligente (...) e o do meio, Dismundo, formoso homem, punha uma devoção sentimental, sustida, no ver o corpo na mesa” (Rosa, 1985, p. 28). Com a morte de Damastor, malgrado esses traços de sociabilidade, o modelo iria se repetir? Com efeito, os preconceitos do narrador impingem ao leitor a focalização maligna unilateral “qual nada: a ninguém enganavam (...) se via que estavam de tenção feita. Por isso mesmo, era que não conseguiam disfarçar o certo solerte contentamento, perto de rir. Saboreavam já o sangrar”. (Rosa, 1985, p. 28)

Frente aos Dagobés, encontra-se Liojorge, cujo nome, na ocasião de uma das quinze ocorrências no texto, o narrador traduz para o leitor alerta: “o rapaz Liojorge, ousado lavrador” – ousado? Lio (leão); lavrador? Georgios (agricultor). “Pacífico e honesto”, Liojorge, homem da terra, inventava com coragem as soluções capazes de restabelecer a harmonia no lugar sem passar pela violência de costume. Ele cumpriria o presságio do nome, não deixando para os antagonistas a oportunidade de cumprirem o deles.

Em “Fatalidade”, o alter ego de Liojorge identifica-se através dum apelido surpreendente: Zé Centralfe. Na carta a Villard, de setembro de 63, que citamos acima, Rosa lembrava que, nos primórdios do futebol brasileiro, utilizava-se a terminologia inglesa.¹¹ Mas nada no *curriculum vitae* do Zé Centralfe tem a ver com esse desporte.

⁹ Para todos esses nomes ver Guérios, 1973.

¹⁰ Cf. Cascudo, 1953 (livro da biblioteca de Guimarães Rosa) nos verbetes *Dã* e *Vódum*. A referência à Dã encontra-se também em “Barra da vaca”, conto de Tutaméia (Uteza, 1992, p. 149).

¹¹ Também em “Pirlimpsiquice”, sétimo texto de *Primeiras estórias*, lê-se “o Mão-na-Lata centerfór do nosso time”.

Aquele “homenzinho” só aspirava a viver sem problemas no seu cantinho do Pai-do-Padre. Bem integrado à aldeia, colocada duplamente sob o signo do Pai, conhece “em face do civil e da igreja” uma harmonia idílica sob a proteção implícita do sistema social vigente. Aquele equilíbrio resulta do livre e espontâneo funcionamento das leis da natureza, sem intervenção da lei dos homens. Ora, naquele lugar paradisíaco, sob a alçada do Pai arquetípico, irrompe um enviado do demônio que cobiça a componente feminina do casal – “de mandado do mal se deu que foi infernar lá um desordeiro, vindiço, se engraçou desbrioso com a mulher”. Os excessos de uma masculinidade surgida de fora – “por culpa de hirsúcia¹² daquele homem alheio” – desestabilizam aquela unidade coesa.

O lugar carecendo de substituto do Pai em condições de restabelecer a ordem, e o Zé recusando assumir uma atitude de violência considerada como “injusta desgraça”, a solução é procurar outro espaço onde reconstruir a harmonia perdida: “Arranjaram no Amparo uma casinha, uma roça, uma horta”. O casal recolhe-se assim numa nova unidade identificada por um topônimo significativo, no intuito de ali se recompor com bases femininas – “casinha, roça, horta” –, ou seja, agora no regaço da Mãe. Mas ali a teima do mesmo “cujalma” vem infestar o conjunto inteiro – “Todos dele tomavam medo”. Por isso, Zé e a mulher mudam-se outra vez para se instalarem numa cidade com “marca de autoridade”. Aqui remete Centralfe nas mãos do delegado a responsabilidade de tomar as providências para que não se repitam no espaço da sua jurisdição os excessos que perturbaram os arraiais simbolicamente votados ao Pai e à Mãe.

Resumindo: José de Tal, homem de paz e harmonia – do Centro e do Meio, Centralfe – consulta o representante da ordem social de quem recebe mandato e energia para ele próprio recompor a concórdia áurea. O Centralfe, “amante da ordem e da lei”, com uma bala certa entre os olhos (no meio) ou em pleno coração (no centro) do desordeiro, marca o gol decisivo com a bênção do árbitro de terceira margem – “Meu Amigo”, o Amigo por excelência – que “dissera um não metafísico” ao time do mal, vencido de dois a zero na pessoa de Herculinão, “o nominoso” – aquele que levava no nome o agouro execrável. O pseudo êmulo de Hércules revelava-se “Não Herculino”, sem o pretense aumentativo do nome, e perdia definitivamente a sua bazófia de Socó¹³ de pescoço cumprido. *Nomen, Omen, Numen* diziam os antigos,¹⁴ – até certo ponto diremos nós, tendo em vista os Dagobés e lembrando o parecer de Riobaldo: “nome não dá, nome recebe”. (GSV, 1981, p. 121)

¹² Com o modelo de *astuto/astúcia*, Zé fabrica o neologismo *hirsúcia* em que junto com o adjetivo *hirsuto* ecoam tanto o substantivo *súcia* como os adjetivos *hirto* e *sujo*.

¹³ “socó: nome comum de várias aves ardeídeas de pescoço comprido; adj. (gíria) feio, antipático” precisa o dicionário de Caldas Aulete.

¹⁴ A tradição que atribui ao nome a potencialidade de presságio (*omen*) e/ou de potência de origem divina (*Numen*) tem fundamento nos sistemas filosóficos mais remotos – tanto na Babilônia, como no Egito, no

TRÁGICA LIBERDADE

Inscrita no cerne da estória de Zé Centralfe, a questão da fatalidade coloca-se na estória dos Irmãos Dagobés através do próprio narrador que se posiciona de início – “enorme desgraça”: determinados pela maldade essencial dos Dagobés, os acontecimentos levariam fatalmente à catástrofe, aliás prenunciada no gesto de legítima defesa de Liojorge, “por destinos de desastre”. No entanto, todas as hipóteses aventadas nesse sentido revelam-se erradas. Quando o narrador imagina que Liojorge permanece “solitário em casa, resignado já ao péssimo, sem ânimo de nenhum movimento”, a seqüência comprova que, ao contrário, o rapaz está tomando iniciativas. Também não é válida a suposição de que o mesmo viria a carregar o caixão movido por um sentimento suicidário de culpa:

seria assim de alma entregue, uma humildade mortal (...) O Liojorge, esse, sem escape. Tinha de fazer bem a sua parte: ter as orelhas baixadas (...) Rezava? Não soubesse parte de si, só a presença fatal. (Rosa, 1985, p. 30)

E no cemitério, o medo que se atribui ao moço não será sobretudo a projeção do medo dos acompanhantes? Assim merece este narrador o qualificativo de “fatalista como uma louça” aplicado ao delegado de “Fatalidade”.¹⁶ Á primeira vista, aliás, esta mesma obsessão sem fundamento racional explicaria a moral que o “Meu Amigo” tira de sua atuação:

Tudo não é escrito e previsto? Hoje o deste homem. Os gregos... mas a necessidade tem mãos de bronze (...). Esta nossa Terra é inabitada. Prova-se, isto... (Rosa, 1985, p. 31)

Na realidade, se a “necessidade” impôs no caso sua lei de “bronze”, foi através das mãos humanas de José e do policial, ambos mais rápidos ao sacar a pistola – e, obviamente, em consequência imediata de uma decisão que o “fatalista” tomara com toda liberdade. A morte do Herculhão, muito mais que a terra ser “inabitada” – que os homens se comportem como objetos manipulados e não como sujeitos livres –, prova a capacidade dos mesmos para tomar em mãos os problemas e resolvê-los. A menos que se veja no delegado o mandatário de uma lei superior àquela que lhe incumbe fazer respeitar entre seus semelhantes.

Antigo Testamento, na **Kabala** judaica, ou no **Novo Testamento**, para nos limitar apenas às referências ocidentais. Veja-se Cascudo, 1951 (p. 16 e 141-146) e Cascudo “O Nome tem poder” (1973, Tomo II, p. 368-377); Conteneau, Georges, **La vie quotidienne à Babylone**. Paris: Hachette, 1950 (capítulo: “La pensée mésopotamienne”) – este último livro encontra-se na biblioteca de Rosa (cf. Sperber, 1976, p. 169).

¹⁶ Qual será o significado desta comparação? a louça como imagem da obcecação? da fragilidade votada a ser quebrada um dia ou outro? ou mais grotesca, como referência ao penico cujo destino é irreversível?

Mas de acordo com o pensamento grego, todo indivíduo, como elemento constitutivo do universo, obedeceria às leis que regem a ordem cósmica – à *Diké*. E é a ela que se refere o “Meu Amigo” quando sustenta: “Se o destino são componentes consecutivas – além das circunstâncias gerais de pessoa, tempo e lugar... e o Karma” (Rosa, 1985, p. 55). Componentes consecutivas? traduzamos: o concatenamento que nos integraria à unidade do cosmos em função de nossos atos. Circunstâncias gerais? a globalidade em que a cada momento toda pessoa se encontra envolvida – *circum stare*: estar em volta de. O Karma? a “lei dos atos”, doutrina fundamental da tradição hinduísta segundo a qual cada ação ou pensamento produz seus efeitos no conjunto espiritual do ser, resultando a soma dos Karmas individuais numa espécie de Karma global que influenciaria os destinos do mundo. (Cf. Frederic, 1987)¹⁶

A inclusão da doutrina oriental do Karma no contexto grego não nos deve surpreender: embora sem a utilização do mesmo termo, é parte integrante do Orfismo (Cf. Guthrie, 1956, p. 177-184). Aliás, os pontos de convergência com a *Diké* são óbvios: também significa o Karma a preservação do equilíbrio constitutivo do universo. E tanto o Karma como a *Diké*, ao operarem os imprescindíveis reajustamentos, sancionam os excessos perturbadores da harmonia cósmica – os excessos da *Hybris* humana, na terminologia grega.

Pois bem, em “Fatalidade”, o delegado – etimologicamente “enviado a serviço da lei” –, põe fim à carreira terrestre de um “desordeiro” que “foi infernar” um arraial tranquilo. E o castigo que sanciona aquela criatura diabólica é acompanhado de cinco falas do policial introduzidas com uma única forma verbal: “disse” –, isto é, uma forma em cuja etimologia ecoa o grego: *Diké*. Assim o narrador martela a referência à sanção da justiça suprema, antes de concentrar a lição num comentário em que confirma a perspectiva religiosa: “dissera um não metafisicado”. Meu Amigo, “sem despesas de emoção”, “sem repiques nem rebates”, com a total objetividade de quem age a outro nível, cometia obviamente um ato de justiça expeditiva, passível cá embaixo das máximas penalidades.

Portanto, o leitor tem no texto dados concretos para reconstituir o elo que falta na lógica do discurso do policial em relação aos gregos: como consequência da *hybris* do Herculínio, o que estava “escrito e previsto”, a “fatalidade” era o castigo

¹⁶ A doutrina do Karma supõe a reencarnação que deixamos de lado por não ter interesse na estória em pauta. Na biblioteca de Rosa encontra-se um opúsculo com um capítulo inteiro dedicado ao Karma (Collins, 1952, p. 81-85). Também na obra de Léon Denis, *Depois da morte*, que por carta datada de 26/6/1933, Rosa declara ter recebido de um amigo de Itaúna (Cf. Carvalho, Suplemento Lit. do Minas Gerais, Belo Horizonte, 11/9/76), lê-se: “Cada um cumpre o seu próprio destino. A vida presente, com as suas alegrias e as suas dores, não é senão consequência das boas ou das más ações praticadas livremente pelo ser em suas existências anteriores; o presente explica-se pelo passado, não só para a totalidade do mundo, como também para cada um dos seres que o compõe. Chama-se Karma a soma dos méritos ou deméritos conquistados pelo indivíduo; o Karma é para cada um, em todo momento de sua evolução, o ponto de partida do futuro, a causa de toda justiça distributiva”. (p. 26-27)

apropriado da *Nemesis*,¹⁷ cujas “mãos de bronze” armavam as pistolas dos dois justiceiros – e isso sem necessidade de o malvado ter cometido mais um crime, bastando as intenções somadas às maldades cumpridas no passado.

Claro que a lição também vale para os irmãos Dagobé: a *hybris* de Damastor suscitara o “crime” de Liojorge, cujo comportamento subsequente também pode ser visto como o restabelecimento da ordem da *Diké*, funcionando a *Nemesis* a título de aviso prévio para os Dagobés sobreviventes. E talvez de uma forma mais sutil, na medida em que a encenação “trágica” resulta do desenrolar do enterro. Vejamos.

Com a noite do velório o narrador circunscreve dois focos: a casa dos facinoras com o povo apinhado em torno do defunto, e a residência solitária de Liojorge. Com o decorrer da noite, movimentam-se os “embaixadores” entre ambos, unindo-se finalmente num cortejo único, com a saída do caixão no início do dia seguinte. Liojorge vai à frente – à esquerda, isto é, do lado que a tradição ocidental assinala como nefasto, visto pelo narrador como a posição ideal para os Dagobés “enquadrar” a futura vítima. Aquele “importante enterro”, acompanhado por “uma pequena multidão” “no pé-tintim, mui de passo”, funciona como um ritual abrindo com solemnidade o caminho para uma nova ordem, embora com a ameaça de a antiga se firmar, antes do definitivo sepultamento de seu antigo dinamizador. Assim funciona o ajuntamento ao pé da cova como o momento decisivo, tendo-se verificado a travessia do lugar sob auspícios que o narrador registra sem interpretar – entre eles a chuva com seu possível significado de purificação.¹⁸ Decididamente não se manifestara o diabo na rua no meio do redemunho. Na lama do cemitério ficava o passado – “e outra chuva começava”.

O OLHO DO ESPÍRITO

No clímax da expectativa ao pé da cova de Damastor, o narrador repara no comportamento de Liojorge, sempre com a focalização negativa: “o rapaz Liojorge esperava, ele se escorregou em si (...) teve um olhar árduo. À pandilha dos irmãos”. A conotação penosa do adjectivo “árduo” tanto pode se aplicar ao emissor quanto aos destinatários. “Escorregado em si”, também é interpretável como sinal de concentração do protagonista que mobilizaria no olhar a energia. De fato, Doricão não agüen-

¹⁷ Personificação da vingança divina, a *Nemesis* castiga tanto os crimes efetivos como o simples orgulho de quem pretende ultrapassar os limites da condição humana. Sobre os conceitos de *Diké*, *Hybris*, *Moirá*, *Nemesis* etc., ver: Monnerot (1956, *Eliade*, Tomo I, p. 273-275), Otto (1993, p. 291-318), Huxley (1957, cap. IV e V).

¹⁸ “Se chove durante a ida para o cemitério é bom sinal para a alma; se há vento forte é péssimo indício. Satanás quer a alma” (Casculo, 1951, p. 20). Muitos detalhes do enterro parecem inspirados em “Anubis, o culto do morto” o primeiro dos ensaios publicados neste livro: o ambiente do velório, o detalhe de voltar a sangrar o cadáver com a presença do matador, o ritmo lento do préstito, a profundidade dos sete palmos para a cova.

ta o choque e abaixa a crista, sem força nas vistas – “Olhou-o curtamente” – nem nas falas – “baixo e mau-som”. Portanto o duelo entre o mocinho e o facínora se dera efectivamente, mas com outro fogo – não das armas, mas dos olhos. Em “árduo” ecoa “ardor”.

Em “Fatalidade”, o jogo é muito mais evidente na combinação da energia do fogo “espiritual” com o fogo concreto das pistolas, iniciando-se na mesma tonalidade humorística quando o narrador capta nas falas do delegado mais uma sentença:

Meu Amigo murmurou mais ou menos: – “Não estamos debaixo da lei, mas da graça...” – cuido que citasse uma epístola de São Paulo; e receei que não simpatizasse com Zé Centeralfe. (Rosa, 1985, p. 56)

Com a ressalva de ser apenas uma hipótese do narrador, a referência a São Paulo equivale a um convite para verificar – e comprovar a citação, quase ao pé da letra, da epístola aos Romanos onde lemos, na versão da Vulgata, capítulo VI:¹⁹

14 – peccatum enim vobis non dominatur
non enim sub legis estis sed sub gratia

ou seja, na tradução portuguesa do Padre Antonio Pereira de Figueiredo:²⁰

14 – Porque o pecado não vos dominará
pois já não estaes debaixo da lei mas debaixo da graça.

Ali defende o apóstolo a supremacia do espírito perante a carne, opondo a justiça de Deus àquela que os homens pretenderiam merecer pelos próprios esforços (no caso os judeus interessados apenas na letra da lei mosaica e recusando a graça instaurada pela morte e ressurreição de Jesus).

Aqui, frente ao queixoso que se define como “amante da ordem” e reclama a justiça dos homens, o delegado insinua que a solução do problema estaria sob a alçada da justiça divina, e desta vez num contexto cristão. Assim se tornariam o policial, bem como o seu protegido, aqueles “instrumentos de justiça” a que se refere o versículo imediatamente anterior da mesma epístola de São Paulo.²¹

Mas como operaria a graça, transmutando um “enxadachim de mãos calosas” em portador do fogo celeste?

¹⁹ Citamos com base na *BIBLIA SACRA, IUXTA VULGATAM VERSIONEM*, praeparavit Roger GRYSO, Deutsche Biblegesellschaft, Stuttgart, 1994. Na biblioteca de Rosa doada ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP encontram-se: *BIBLIA SACRA, Vulgatae Editionis, sextin. pont. Max. jussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita, s/c Desclée Lefebvre, 1885*, bem como uma edição alemã, de 1961, pela Württembergische Bibelanstalt de Stuttgart. (Cf. Frankl Sperber, 1972, p. 164)

²⁰ A *BIBLIA SAGRADA*, contendo o Velho e o Novo Testamento, traduzida para o português pelo Padre Antonio Pereira da Figueiredo, da edição aprovada em 1842 pela Rainha D. Maria Segunda com a consulta do Patriarca Arcebispo eleito de Lisboa, Janellas Verdes, 32, Lisboa, 1903.

²¹ “offereci-vos a Deus, como ressuscitados dos mortos, e os vossos membros a Deus, como instrumentos de justiça” (Rom. VI, 13).

Depois de avaliar o visitante com “o rabo-do-olho”, o delegado deixa o outro expor a totalidade da queixa, até chegar o momento de decidir, assinalado pelo silêncio – “Calou-se, em silêncio médio; pedia com olhos de cachorro”. Homem do meio até na qualidade de seu silêncio, Centeralfe recebe a resposta pela mesma via que a solicitou: em quinze linhas de texto o narrador acumula as referências ao olhar – “encarando a carabina; afirmando a vista; rabeava com os olhos; chamando-o a que olhasse; sempre em fito; remirando o outro; a ver o que para valer” –, dentre as quais destacaremos a expressão escolhida para marcar o instante em que José captava a mensagem muda: “o homenzinho se arregalou – de desperto”.

Pela extensão do “clichê” linguístico “arregalar os olhos” a toda a pessoa do homenzinho – “se arregalou” –, e com um adjetivo que remete discretamente para um contexto religioso místico – “desperto” –, sugere-se a passagem para a dimensão supra-humana, nítida na sequência imediata: “Donde bem, se levantou; podia portar por fê (...) Agradecia, reespírito, com sua força de seu santo”.

Sob o léxico dos ritos afro-brasileiros, figura a menção do espírito dinamizador – completada logo pelo detalhe de o neófito recusar a oferta de café ou de cachaça. Deixando “para depois” o reconforto corporal dessas bebidas, Zé Centeralfe recebia no contato direto do aperto de mãos do delegado o fluxo energético como último viático.²²

Comentando a atitude do delegado, o narrador fornece mais indícios, acumulando os neologismos em forma de apelos visíveis, numa técnica característica da escrita rosiana:

Meu Amigo, tão valedor, causavelmente, de vá-à-garra o deixava? Comentou: – “Coronha ou cano...” O homenzinho, tão perecível, um fagamicho, o mofino – era para esforço tutânico? Meu Amigo sendo o dono do caos. (Rosa, 1985, p. 58)

Na carta já citada a J. J. Villard, em que tecia considerações sobre a tradução de “Fatalidade”, Rosa insistia sobre “causavelmente”, frisando: “precisaria ser conservado, de algum modo nele reside uma nuance importante”. Associado a “valedor” e sobretudo à expressão “dono do caos”, o advérbio remete para a capacidade de o delegado inculcar nos tutanos deste “fagamicho”²³ o esforço mental que o levará a agir – manifestando a causa eficiente de uma “fatalidade” que deixava de ser o simples abandono ao que estaria escrito algures. E nessas condições, o Zé encarnaria o paradigma da humanidade necessitada da graça divina.

²² Também em *Grande sertão: veredas*, na canoa em que ambos se dirigiam para a outra margem do rio, os “esmartes olhos” e a mão do Menino do De-Janeiro, infundiam “coragem” à criança Riobaldo carente de dinamismo na hora de enfrentar a prova iniciática da travessia do São Francisco. (Cf. Utéza, 1994, p. 256-262)

²³ A partir do substantivo *micho* atestado por Moraes como termo antiquado e depreciativo – “sujeito, tipo” –, acrescido do prefixo *faga* (do substantivo fagulha?) este neologismo soa como substantivo intensivo da idéia de fraqueza, podendo também soar como eufemismo grotesco.

No entanto, lembrando os deuses da epopéia homérica que lutavam ao lado de seus protegidos, o comissário toma mais uma providência para suprir qualquer falha eventual da carne: “Porém, revistando sua arma, se o tambor se achava cheio. Disse: ‘— Sigamos o nosso carecido Aquiles...’. Pois se pois”. (Rosa, 1985, p. 58)

Enfim, no instante do “fatal” encontro, o narrador repara no comportamento do Amigo que “soprou um semi-espirro, canino” interpretado logo como anódino costume, “conforme seu vezo e uso, em essas, em cheirando a pólvoras”. Relacionado com o faro do cão – portanto com o caráter irracional do instinto –, e antecedendo o “fogo”, aquele espirro funciona à maneira de espoleta e último impulso destinado ao homenzinho. E à “rapidez angelical” deste “fogo” corresponde a construção do relato: o cadáver do Herculhão é apresentado “já arriado”, antes da menção dos dois disparos. “Homem lento” Herculhão não tinha vez frente ao “homenzinho” movido pela graça. Assim, “com algo entre os próprios e infra-humanos olhos” e “tapando o olho-da-rua” o facínora que “olhou com olho quente” e “desusara os olhos” na mulher alheia, fora castigado por onde mais pecado havia – e era tal castigo tanto mais merecido que ao ofender a *Diké* também pecava contra a moral católica sempre preocupada com a carne.

A LEI DO SER TÃO

Confirma-se, portanto, que nestas duas estórias as marcas da identidade cultural do sertão bravo, tipo faroeste americano, constituem sobretudo o cenário útil para nele enquadrar aquela “dinâmica espiritual” que Rosa frisava como característica da coletânea. Colocando-se na posição de observadores pretensamente não informados, os narradores desempenham um papel ambíguo. Cada um a seu modo oculta essa “dinâmica”: em “Os irmãos Dagobé”, pela focalização do porta-voz de uma gente habituada a sofrer no seu lugar os desmandos dos valentões, e resignada a que se perpetue a situação; em “Fatalidade”, pela tônica humorística de uma testemunha passiva, e pelo aparente distanciamento que impregna ao conjunto do relato. Ao mesmo tempo, fornecendo indícios – nomes dos personagens, detalhes do comportamento ou do discurso deles, comentários sérios ou cômicos, enigmas linguísticos exigindo do leitor um trabalho de hermenêutica – o discurso aponta para um conteúdo a ser “revelado”.

Assim, partindo de casos que questionam a justiça e a lei dos homens, essas duas estórias funcionam como parábolas que convidam a refletir em particular sobre a problemática do livre arbítrio, na exploração da terceira margem do Ser Tão, ali onde o cristianismo encontra as fontes greco-orientais da *Philosophia Perennis*.

ABSTRACT

“Os Irmãos Dagobé” and “Fatalidade” talk to each other in **Primeiras estórias**: those two stories can be read as parodies of the western movies, in which the characters do not conform to genre stereotypes. Beyond a superficial reading, however, the marks of cultural identity of the primitive *sertão* (backlands), evocative of the American far west, provide a suitable setting for the spiritual dynamics defined by Rosa as characteristic of the collection.

The narrators of both stories conceal this dynamics. The first speaks on behalf of the Dagobés’ fellow-villagers, “fatalists” resigned to the depredations of bandits. The second distances himself ironically from the events he relates, pretending not to understand the nature of the “fatalism” displayed by the protagonist, a chief inspector of police. At the same time, the choice of names of the characters, as well as their speech and behaviour, and clues embedded in the language of the narrative, all invite the reader to detect a hidden content behind the two narrators’ discourses.

In this manner, using examples supposedly drawn from real life and raising issues of justice and human laws, “Os Irmãos Dagobé” and “Fatalidade”, like so many parables, invite us to consider in particular the problem of free will and divine grace, while exploring the third bank of the *Sertão*, where Christianity returns to the Graeco-oriental origins of the *Philosophia Perennis*.

Keywords: Parody; Liberty; Fatalism; Grace; Perennial Philosophy.

Referências bibliográficas

- ARRIGUCCI, Davi. Entre a lenda e a história. **Folha de S. Paulo**, 7 de maio de 1995
- BRANDÃO, Junito. **Dicionário mítico-etimológico**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BIZARRI, Edoardo. **João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano**. São Paulo: Inst. Italo-brasileiro, 1981.
- CARVALHO, David de. Compadre meu Quelemém. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 11 set. 1976. Suplemento Literário, p. 26-27.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Anubis e outros ensaios**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1951.
- CASCUDO, Luis da Câmara. O nome tem poder. In: _____. **Civilização e cultura**. Rio de Janeiro: MEC, 1973. t. 2, p. 368-377.
- COLLINS, Mabel. **Luz no caminho**. São Paulo: Pensamento, 1952
- CONTENEAU, Georges. **La vie quotidienne à Babylone**. Paris: Hachette, 1950.
- DENIS, Léon. **Depois da morte**. 2. ed. São Paulo: Edicel, 1978.

- FRÉDÉRIC, Louis. **Dictionnaire de la civilisation indienne**. Paris: R. Laffont, 1987.
- GRYSON, Roger. **Biblia Sacra, Iuxta Vulgatam Versionem**. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.
- GUÉRIOS, R. F. Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1973.
- GUTHRIE, W. K. C. **Orphée et la religion grecque**. Paris: Payot, 1956.
- HUXLEY, Aldous. **The perennial philosophy**. London: Chatto & Windus, 1957
- MACHADO, Ana Maria. **O recado do nome**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MIRCEA, Eliade. **Histoire des croyances et des idées religieuses**. Paris: Payot, 1976.
- MONNEROT, Jules. **Les lois du tragique**. Paris: PUF, 1969.
- OTTO, Walter. **Les Dieux de la Grèce**. Paris: Payot, 1993.
- RIBEIRO, João. **Frazes feitas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1908.
- ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SPERBER, Suzy F. **Caos e cosmos**. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- UTÉZA, Francis. **JGR: metafísica do Grande sertão**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- UTÉZA, Francis. Aux frontières de l'Esprit et de la Matière: Guimarães Rosa, Barra da Vaca. **Letteratura D'America**. Roma, n. 45-46, p. 145-168, 1992.
- UTÉZA, Francis. João Guimarães Rosa: "Fatalidade" ou a Grécia no Sertão de Minas. In: _____. **Produção literária e identidades culturais**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997. p. 109-124.